



**ÁREA TEMÁTICA:
DIREITOS HUMANOS
E JUSTIÇA**



DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

- Ações políticas: exercício de cidadania no ambiente universitário
- Assistência Sociotécnica à Associação Maria Efigênia (AME)
- Cartografia social como ferramenta na elaboração Plano de bairro participativo: relatos de um processo de pesquisa em São José dos Campos/SP
- Coletivo Rural Urbano
- Comunicação, pilar fundante da extensão: experiência da AJUP da UNESP em tempos de pandemia
- Curso de Extensão Gênero e Resistências no Sul Global Ano III
- IFDH: Juventude e Direitos Humanos no território do IFSP Câmpus Catanduva
- Legislativas Grupo de Estudo Gênero e Política
- Observatório de Desigualdades de Franca
- Relato de experiência de pós-graduando Lato Sensu em atividades de projeto de extensão universitária em universidade pública paulista

AÇÕES POLÍTICAS: EXERCÍCIO DE CIDADANIA NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

Autores

Maria Vitória Marmor Bachinski; Gabriela Jaques Sigaran; Andrieize Casqueiro Rodrigues; Andressa Brum Vômero; Andressa Santos de Moura; Elenara Dorneles Ramborger; Lavínia de Oliveira Bastos Rodrigues; Mariana Rodrigues Martinuzzi; Maria Vitória Santos da Costa; Quéren Ferreira Costa; Giulia Alessandra Wiggers Peçanha; Franck Maciel Peçanha.

Palavras-chave: *Política; Cidadania; Inclusão.*

JUSTIFICATIVA

O projeto "Ações Políticas" tem como motivação o combate a baixa participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal, o modelo educacional não inclusivo, as barreiras ambientais e atitudinais que impedem a plena participação nas decisões comunitárias. Considerando que a cidadania é o conjunto de deveres e direitos de cada indivíduo, bem como é um dos fundamentos do Estado dentro da Constituição brasileira, é necessário que mais leis sejam desenvolvidas para garantir que pessoas com deficiência possam exercer plenamente sua cidadania. Além disso, espera-se que as acadêmicas envolvidas nesse projeto tornem-se cidadãs cientes de suas possibilidades e responsabilidades.

OBJETIVOS

Este projeto visa estimular a criação de Leis que visem garantir direitos das pessoas com deficiência. Além disso, objetiva desenvolver o senso de responsabilidade social, incrementar a formação cidadã das participantes do projeto.

METODOLOGIA

Trata-se de um projeto de extensão, no qual o grupo decide quais temas são impor-

tantes e necessitam de novas políticas e, a partir disso, é realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema e de legislações existentes em outras cidades que podem ser usadas como referência. Posteriormente é construído o Projeto de Lei que serão apresentados a membros dos poderes executivo e legislativo. Buscamos parcerias com políticos que reconhecidamente atuem na defesa dos direitos da comunidade em situação de vulnerabilidade. Após isso, são realizadas as apresentações das propostas e é realizado o acompanhamento de todas as etapas de tramitação do projeto.

DESENVOLVIMENTO

O primeiro Projeto de Lei foi proposto no Município de Uruguaiana-RS em 2014, e tornou-se Lei em 2016. A Lei Nº 4.685/2016, concede redução de carga horária sem redução de trabalho para os servidores municipais que tenham sob sua responsabilidade cônjuge, filhos ou dependentes com deficiência sem necessidade de compensação das horas não trabalhadas. No mesmo município foi aprovada a Lei Nº 4.864/2016, determina prioridade na escolha de férias para servidores municipais que tenham sob sua responsabilidade cônjuge, filhos ou dependentes com deficiência. No Município de Santana do Livramento-RS foi aprovada a

Lei Nº 7.354, no ano de 2018, que tornou prioritários todos os assentos do transporte coletivo municipal para idosos com 60 anos ou mais, mulheres grávidas, pessoas com crianças de colo, e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O mesmo projeto foi apresentado na cidade de Alegrete e foi aprovado por unanimidade tornando-se a Lei Nº 5.985/18. No município de São Mateus-ES foram apresentados cinco projetos de lei que resultaram na criação das seguintes Leis, Lei Nº 1.678/2018, institui o dia 24 de Julho como dia municipal das pessoas com deficiência; Lei Nº 1.684/2018, garante preferência de pessoas idosas, mulheres gestantes ou com criança de colo e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a todos os assentos do transporte público; Lei

Nº 1.689/2018, concede horário especial aos servidores públicos deficientes ou que tenham sob sua responsabilidade dependente(s) com deficiência. Atualmente estão sendo desenvolvidos novos projetos dentre os quais destacamos: Concessão de bolsas para acadêmicos envolvidos em projetos de Ensino, Pesquisa ou Extensão da Universidade Federal do Pampa, no município de Uruguaiana-RS; Isenção do pagamento de tarifa de transporte urbano para estudantes da Universidade Federal do Pampa e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha que se encontram em situação de vulnerabilidade social; Garantia de acompanhante hospitalar para pessoas com deficiência mesmo em caso de doença infecciosa.



Fonte 1: do autor.

REFERÊNCIAS

SILVA, Ana Cristina Cardoso. OLIVER, Fátima Correa. Pessoas com deficiência no caminho da democracia participativa. Cad. Bras. Ter. Ocup. vol.27 no.2 São Carlos, 2019.

SANTOS, Wederson. Deficiência como restrição de participação social: desafios para avaliação a partir da Lei Brasileira de Inclusão. Ciênc. saúde colet. 21 (10) Out 2016.

ASSISTÊNCIA SOCIOTÉCNICA À ASSOCIAÇÃO MARIA EFIGÊNIA (AME)

Autores

Aline Mara Alves Soares; Camila Cristina Gomes; Liziane Bruna Barcelos e Vítor Eduardo dos Santos Cabral

Palavras-chave: Associação, Assessoria Sociotécnica, Incubação, Extensão.

RELATO

A Associação Maria Efigênia (AME) criada em 2011, é uma organização que tem por intuito à assistência e promoção da saúde em João Monlevade. Tem como ação principal a produção e doação de uma multimistura enriquecida usada como suplemento alimentar que é distribuída em postos de saúde, pastoriais da criança, bairros vulneráveis e outras entidades que a solicita no município. Possui como ação secundária a doação de cestas básicas e roupas, além de desenvolver eventos de lazer e cultura e voltados a arrecadação de material para a produção do suplemento. Frente a importância do trabalho da AME a Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários da Universidade Federal de Ouro Preto (Incop) através do projeto, visa auxiliar no desenvolvimento da autonomia do empreendimento, a ampliação de suas atividades e maior alcance dessas, para que assim seja capaz de se tornar multiplicadora de mudanças e oportunidades. Dessa forma é de fundamental importância a assistência sociotécnica, pois propiciará não só à associação, mas a todos os envolvidos direta ou indiretamente, uma oportunidade de transformação e dignificação social. Logo, tem-se como público-alvo desse projeto membros e voluntários da AME, parceiros do empreendimento, indivíduos beneficiados e comunidade local. O projeto tem por finalidade

auxiliar no desenvolvimento organizacional da associação, incentivando-a e fortalecendo-a, fundamentando o trabalho nos princípios da Economia Solidária. Busca-se fomentar a luta pelos direitos sociais representados pela promoção da saúde, cultura e lazer em João Monlevade, além de se desenvolver ações de captação e retenção de voluntário, propondo uma gestão adequada do voluntariado. Através da metodologia de pesquisa qualitativa denominada pesquisa-ação, os membros da AME e Incop se envolvem de modo cooperativo e participativo no intento de atingir as propostas determinadas em sua totalidade. Juntamente, buscam dar continuidade ao que vem sendo realizado desde o início da parceria firmada em 2015, a qual já se obteve avanços desde a participação em editais até a conquista da sede da AME. A priori foram feitas visitas semanais visando analisar e acompanhar a realidade da associação, além de se estabelecer estudos em temáticas relevantes, reuniões, elaboração de planos de ação. Ainda no início do projeto ocorreu a pandemia do COVID-19 e as atividades presenciais foram suspensas, mas algumas ações remotas tiveram de ser feitas, já que a AME passava por processo de concorrência de edital municipal para subsidiar suas ações. Os membros da Incop acompanharam o processo de estruturação, submissão

e aprovação, ficando a proposta em primeiro lugar em sua linha. Simultaneamente, apoiou a finalização e prestação de contas de edital anterior. Contudo, pela vertente de seu trabalho, a Ame retornou suas atividades considerando as normas estipuladas, assim, o GT reestruturou um plano de ação, estabelecendo formas de acompanhar e progredir com as metas firmadas. Como meio de controle das atividades relatórios são entregues quinzenalmente, com a finalidade de compreender o contexto da associação e propor caminhos a serem seguidos frente às necessidades expostas e identifica-

das pela equipe. Orientadores e colaboradores têm por responsabilidades: monitorar as ações; avaliar o desempenho da equipe; e analisar os avanços do empreendimento com o intuito de assegurar o progresso da proposta. Frente ao diagnóstico da associação, o GT e membros da AME têm buscado estratégias para reestruturar o processo produtivo e organizacional, desenvolver futuras formações em temas condizentes com as percepções ao longo do projeto, manter e ampliar parcerias, além de empenhar-se no reconhecimento e sustentabilidade da associação.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Cartografia social, terra e território/ Henri Acelrad, (org). Rodrigo Nunes (org), et al. Rio de Janeiro, UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional. 2013.

HOLLIDAY Oscar Jara. El aporte de la sistematización a la renovación teóricas prácticas de los movimientos sociales. S. José: Alforja, 1998.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez,1985.-268, 1975.

CARTOGRAFIA SOCIAL COMO FERRAMENTA NA ELABORAÇÃO PLANO DE BAIRRO PARTICIPATIVO: RELATOS DE UM PROCESSO DE PESQUISAÇÃO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

Autores

Lidiane Maria Maciel; Fabiana Félix do Amaral e Silva e Paulo Romano Reschilian

Palavras-chave: Extensão, Pesquisação, Plano de bairro.

RELATO

O trabalho se justifica pela necessidade verificada pelos pesquisadores proponentes desse resumo da ampliação das discussões sobre os processos de ordenamento territorial de São José dos Campos/SP e, para tanto, elegeu-se o bairro do Rio Comprido, que passa por um processo de regularização fundiária, ação que inclui medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, para a elaboração participativa e comunitária de um plano de bairro. Destaca-se que desde 2008 há uma lei complementar no. 379/08 aprovada que autoriza a regularização fundiária e urbanística do Bairro em questão, porém sem implementação. Em 2018, a Lei Complementar 612/19 instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município e, em outubro de 2019, a Lei Complementar 623/19 que estabeleceu as normas relativas ao parcelamento e uso e ocupação do solo. Esse processo se deu mediante inúmeros posicionamentos conflituosos em audiências públicas, no que se refere à demarcação e inclusão de loteamentos e assentamentos irregulares no Plano Diretor e posterior definição de zonas especiais de interesse social na qual se associa a possibilidade de regularização fundiária e urbanística. Considerando os aspectos anteriormente lançados os objetivos do trabalho foram 1) discutir o processo e os resultados da composição de uma cartografia social rea-

lizada pelos moradores do bairro Rio Comprido; conforme citado por Acselrad (2013) entende-se que as "novas cartografias sociais", "cartografias participativas", "cartografias da ação", entre outras, pretendem tensionar a cartografia oficial, a partir do questionamento do uso dos mapas como instrumentos de jogos políticos. A partir dessa concepção o segundo objetivo foi definido 2) construir a partir da análise da cartografia social um plano participativo para o bairro citado – o fundamento de tal ação se realiza na perspectiva de uma regularização futura do mesmo. A metodologia inspira-se nos procedimentos da pesquisa-ação (THIOLLENT) e sistematização de experiência (HOLLYDAY, 1998). Foram realizadas sete oficinas participativas de cartografias sociais/exposição de experiência no bairro Rio Comprido durante o ano de 2019, das quais foram sistematizadas experiências sobre o espaço de vida no bairro, os moradores, resumidamente, expuseram determinadas problemáticas do bairro que deveriam ser valorizadas na composição do plano do bairro, são elas 1) Renda e Trabalho, 2) Vulnerabilidade e Meio-ambiente; 3) Cultura, educação, juventude, comunicação e lazer; 4) Moradia. Essa organização permitiu elucidar o entendimento dos moradores sobre essas questões e não havia hierarquia entre eles, são temas que afetam a vida no bairro e

estão inter-relacionados. Os resultados e discussões apontam para o vínculo identitário dos moradores com o território e a incerteza sobre o futuro ocasionada pela insegurança jurídica. A cartografia social se mostrou como uma estratégia significativa na sistematização da experiência dos moradores, das condições do bairro e da luta pela regularização fundiária. Ao priorizar a composição de cartografias sociais, via processos de pesquisa-ação e pes-

quisa participativa, objetivamos potencializar o processo de reflexão das trajetórias dos moradores do bairro para que eles possam, instrumentalizados pela conjunção de saberes técnicos e locais, compor o Plano Popular do bairro de regularização a ser apresentado para Prefeitura Municipal, quando chamados para a composição do projeto final de regularização fundiária e urbanística que desde o início de 2019 se encontra parado.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Cartografia social, terra e território/ Henri Acselrad, (org). Rodrigo Nunes (org), et al. Rio de Janeiro, UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional. 2013.

HOLLIDAY Oscar Jara. El aporte de la sistematización a la renovación teóricas prácticas de los movimientos sociales. S. José: Alforja, 1998.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 1985.-268, 1975.

COLETIVO RURAL URBANO

Autores

Ana Carolina Soares Ribeiro; Andrea Santos Baca; Gabriela Almeida Brazolin; Laura Passarela Carajoinas; Priscila Carvalho da Silva; Renata Silva; Roberta Kelly Amorim de França; Vinicius Tadeu do Carmo

Palavras-chave: *agroecologia, economia solidária, agricultura familiar, consumo responsável.*

RELATO

Os regimes alimentares mundiais tiveram como características comuns a apropriação de terras, a acumulação por espoliação, a produção de alimentos baratos para as massas e ter o lucro como objetivo central. McMichael (2014) e Moore (2015) destacam o surgimento de contratendências ao regime atual corporativo, especialmente o do movimento pela Soberania Alimentar da Via Campesina a partir de 1993. Esse movimento internacional exige a democratização do sistema agroalimentar mundial, demandando espaços para debater a crescente crise e insegurança alimentar, a defesa do modo camponês de produção, assim como o direito das comunidades aos alimentos. Neste contexto, nas últimas décadas cresceu o reconhecimento social e institucional de padrões de produção alternativos e novas práticas de consumo, como são a agroecologia e os coletivos de consumo responsáveis, com o potencial de transformar o atual sistema alimentar e agrário. Propondo circuitos curtos de comercialização, cujo objetivo, ao promover a proximidade entre produtor e consumidor, é atingir preços mais justos para ambos, melhorar a qualidade e a diversidade do que é produzido, além de propiciar um diálogo mais direto. Diante disso, o projeto de 2019 contribuiu para fortalecer diretamente os pequenos produtores rurais e urbanos parceiros do co-

letivo CCRU-Solo (Coletivo de Consumo Rural Urbano - Solidariedade Orgânica) e indiretamente, através de parcerias, ações conjuntas e troca de experiências, toda a rede de grupos de consumo da região metropolitana.

O projeto teve como foco aprofundar o trabalho de levantamentos de dados e sistematização sobre as produções dos agricultores parceiros, conscientizar os consumidores a fim de construir coletiva, e participativamente, uma reflexão sobre as práticas de consumo e estreitar relações com o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão "Questão Agrária em Debate" da UFRJ.

Foi iniciada uma relação de sistematização e apoio técnico nas produções dos agricultores parceiros. Observamos que em 2019, conforme indicado nos objetivos do projeto, precisávamos qualificar os escoamentos dos alimentos aos grupos de consumo. Também identificamos a necessidade de conscientizar os consumidores para construir coletiva, e participativamente, uma reflexão sobre as práticas de consumo através de diálogo e o intercâmbio de experiências entre consumidores e produtores. Igualmente neste projeto previu-se o estreitamento de relações com o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão "Questão Agrária em Debate" da UFRJ. Ademais, incluiu-

-se a participação dos envolvidos em eventos técnicos, científicos, políticos e sociais para elevar a qualidade do trabalho, formar os discentes buscando excelência na sistematização de novos conhecimentos.

As várias atividades, construídas no ano de 2019, tiveram como público alvo os produtores e consumidores do CCRU-Solo e foram realizadas, principalmente, em ambos os campi da universidade, entre elas: a organização das compras coletivas e distribuições dos alimentos; a participação na "2º Caravana Agroecológica Rural-Urbana"; e a visita à COOPAFASB - Cooperativa da Agricultura Familiar de Sete

Barras, no Vale do Ribeira. Com as atividades realizadas foi possível aumentar a conscientização do público sobre os modos de consumo alternativos, fomentando a reflexão sobre a importância destes assim como do fortalecimento da agricultura familiar. Com a participação na Caravana foi possível a troca de saberes entre as diferentes formas de organização dos grupos de consumo. Com a visita a COOPAFASB, conhecemos o processo de produção de alguns alimentos produzidos pela cooperativa, foi apresentado também a influência dos grupos de consumo para o desenvolvimento e fortalecimento da cooperativa.

REFERÊNCIAS

MOORE J. "The Long green revolution: the life and times of cheap food in the long twentieth century", IN: Capitalism in the web of life, ecology and the accumulation of capital (Cap. 10). Verso books. 2015.

SHAW J. World. "Food Security, a history since 1945". Palgrave MacMillan. New York, 2007. 9, 347-360 e 383-386).

COMUNICAÇÃO, PILAR FUNDANTE DA EXTENSÃO: EXPERIÊNCIA DA AJUP DA UNESP EM TEMPOS DE PANDEMIA

Autores

Akysa Santana, Alice Oliveira Silva, Anielly Schiavinato Leite, Luca Gajevic Goloni, Thainá de Oliveira Guimarães, Vitória Garbelline Teloli, Alexandre Marques Mendes

Palavras-chave: Assessoria jurídica popular, extensão comunicativa, pandemia

RELATO

As atividades extensionistas, previstas na Constituição da República Federativa do Brasil, no Art. 207, como parte do tripé educacional do Ensino Superior, encontram sua base numa comunicação construída com a comunidade pautada nos princípios propostos por Paulo Freire, com o objetivo de promover mudanças sociais. Dentro do contexto da pandemia da COVID-19, em que o isolamento social se fez necessário como medida de segurança, as atividades extensionistas ficaram comprometidas, visto que esse processo de comunicação foi dificultado. Dessa forma, buscamos demonstrar a importância desse processo comunicativo para o funcionamento efetivo de um grupo de extensão. Este trabalho apresenta como nós, da Assessoria Jurídica Popular (AJUP) da UNESP, encontramos dificuldades e meios paliativos de adaptar nossa atuação apresentada à PROEX no início do ano neste período de pandemia. Considerando esses entraves dispostos pelo cenário pandêmico, tem-se a necessidade de investigar esse processo e sua relação com extensão comunicativa e popular. Assim, o trabalho tem por objetivo compreender como a importância da comunicação, proposta por Paulo Freire, dentro de uma extensão universitária, foi ressaltada no período de pandemia da COVID-19, com base na experiência da AJUP da Unesp. Ademais, o trabalho visa salien-

tar a relevância das atividades extensionistas como uma das proponentes de construções político-sociais participativas, dando enfoque às pautas de horizontalidade epistemológica e emancipação social, discussões progressivamente desarticuladas. Para cumprirmos o que o nosso projeto propõe, e pensando nas diretrizes comunicativas de uma extensão popular, utilizamos relatos produzidos e embaçados na atuação da Assessoria Jurídica Popular (AJUP) da UNESP durante o contexto da pandemia. Ademais, as obras de Paulo Freire foram melhor estudadas por nós, uma vez que seus conceitos são a base da atuação da AJUP. Também estudamos pesquisas científicas que abordam a experiência de extensões populares, sobretudo no que diz respeito à importância das mesmas e do processo comunicativo em suas respectivas atuações. Para o desenvolvimento da atividade extensionista, há a necessidade de se ter o contato com os públicos, o que está sendo, em muito, prejudicado pelo isolamento social. No caso da AJUP, em que temos como um dos públicos a população em situação de rua, a falta do processo de construção da comunicação pessoal estabelece grandes barreiras ao desenvolvimento participativo do projeto proposto no início do ano, principalmente porque essas pessoas, majoritariamente, não possuem acessos a meios

de comunicação remota (como celular ou internet). Assim, pudemos observar como essa comunicação popular, edificada nas atividades da AJUP, é essencial para a concretização da nossa proposta. Impossibilitados de nos reunirmos, nos readaptamos de maneira paliativa para o período. Embora nosso projeto inicial tenha sido prejudicado, a importância das extensões foi ressaltada com novas demandas de projetos que surgiram, e foram construídos em conjunto com outras extensões da UNESP. Como exemplo, o "Diálogos sobre a vida em tempos de pandemia" e campanhas de arrecadação via redes sociais. Com isso, propomos com este trabalho ressaltar a importância da

comunicação dentro da extensão, não no sentido de ter um polo ativo que age em face de "espectadores" (FREIRE, 2020, p.27), mas sim no de haver uma construção horizontal entre as pessoas envolvidas no processo. Isso porque, nosso projeto inicial para 2020 não pode ser concluído sem essa comunicação e construção participativa, já que é fundamental e foi interrompida pelo contexto da pandemia. E mesmo com a nossa readaptação, devido às importantes demandas que surgiram para outras extensões e para nós, caminhamos no sentido de sempre estudar e tentar atingir essa comunicação nesses outros projetos.

REFERÊNCIAS

BALMEIDA, Ana Lia Vanderlei. "Um estalo nas Faculdades de Direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular". 2015. 329 f. Tese para obtenção do título de Doutora em Direito (Doutorado) - Universidade Federal da Paraíba, [S.l.], 2015.

FREIRE, Paulo. "Extensão ou Comunicação?" 8. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1983.

CURSO DE EXTENSÃO GÊNERO E RESISTÊNCIAS NO SUL GLOBAL ANO III

Autores

Cristine Koehler Zanella; Carolina Gabas Stuchi; Eduarda de Sousa Madeira; Isadora Henriques Ostrowski; Giovanna Nogueira da Silva; Giovanna Massoco Ticianelli; Mariana Ramos Costa Silva; Karla Bianca Neves Pereira; Sarah Meneghetti Goncalves e Carolina Alamino Félix de Moraes

Palavras-chave: *Extensão, direitos, cidadania*

RELATO

Este curso, que teve sua primeira edição em 2018, surgiu para não apenas assumir, mas verdadeiramente reivindicar um ponto de vista e um esforço de produção de conhecimento que se localiza no - e olha para o - Sul Global. Entende-se que é nesta perspectiva que melhor se conseguem endereçar os problemas que enfrentam os povos do Sul: no nosso projeto, marcadamente, as diferentes estruturas histórico-econômicas que sustentam a desigualdade de gênero e a natureza interseccional da subordinação feminina no Sul Global.

O Curso é realizado na modalidade presencial. Neste ano de 2020 sua carga horária foi de 24h, consistindo em cinco aulas e uma seção de apresentação e discussão de trabalhos que aconteceram durante a segunda semana do mês de março, precisamente nos dias 10, 11 e 12. Nos 6 encontros que caracterizaram o desenvolver do evento foram abordados os seguintes temas: Encontro 1: Gênero, violência, resistência e diálogo. Prof.^a. Cibele Cheron (RS); Encontro 2: Enfrentamento à violência contra mulheres em contexto de favela: a experiência da Maré. Prof.^a. Andreza Jorge (UFRJ; Coordenadora da Casa das Mulheres da Maré e do projeto Mulheres ao Vento). Mediação Prof.^a. Patrícia de Jesus (UFABC); Encontro 3: Tecnologia e resistência no Sul Global. Prof.^a.

Bruna Mendes (UFABC); Encontro 4: Direitos indígenas, mulheres indígenas e questões territoriais: retrocessos e desafios. Codeputada Chirley Pankará (Estadual, SP - Bancada Ativista) e Amanda Pankararu (Especialista em Direitos Humanos e Assistente social); Encontro 5: América Latina Queer: violências contra a população LGBT na região. Arthur Murta (PUC-SP); Encontro 6: Violências e transcendências: os nossos trabalhos. Prof.^a. Cristine Koehler Zanella (UFABC).

Com o objetivo de complementar as reflexões suscitadas durante as aulas ministradas pelas professoras convidadas e pelos depoimentos dados, foram aplicados seis conjuntos de questões para fixação por meio de formulários eletrônicos enviados aos participantes. Em 2020 o curso teve 115 inscritos, dos quais 73 participaram dos encontros e 52 realizaram todas as atividades, de forma a fazer jus ao certificado. Registra-se que, para emissão de certificado, os/as participantes deviam assistir ao menos 4 das 6 aulas presenciais e também responder satisfatoriamente ao menos a 4 dos 6 conjuntos de questões de fixação propostas ao final de cada aula. Trata-se de questões simples, a serem resolvidas em casa, em formulário virtual, que provocam fundamentalmente a fixação dos conteúdos vistos e fomentam a

reflexão. De forma compreensiva, neste curso abordamos as invisibilidades históricas a que foram submetidas e as questões e demandas comuns às mulheres e aos movimentos de mulheres que se articulam em ações coletivas visando direitos, cidadania e empoderamento.

Observamos também a ocupação de espaços de poder por esses grupos com fulcro na crítica à estrutura social hierarquizada e na busca por transversalidade de gênero na política.

Dedicamo-nos também a avaliar essas questões de forma a pensar o gênero como categoria de análise histórica e crítica. Os três dias de atividades se deram no campus São Bernardo do Campo da UFABC e contaram com

a participação de docentes dos diversos níveis de ensino, discentes e TA's da UFABC e de outras instituições de ensino superior. A forte interação de professoras e professores com o público é uma tônica deste evento.

Finalmente, neste ano de 2020, incrementamos as mídias de divulgação dos resultados do evento por meio da conta @grupo.sulglobal, no instagram, que reuniu *cards* com frases, vídeos e registros fotográficos de toda a atividade. O curso é organizado a partir do "Grupo de Estudos do Sul Global" e conta com amplo suporte e apoio da PROEC/UFABC. A atividade compôs a "IV Semana de Luta das Mulheres da UFABC e do ABC".

IFDH: JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS NO TERRITÓRIO DO IFSP CÂMPUS CATANDUVA

Autores

Elisa Ferreira Lopes ; Ana Laura Romano; Gabriel Terra Pereira

Palavras-chave: *Direitos Humanos, Juventude, Extensão*

RELATO

As garantias apresentadas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948 e seus desdobramentos (OLIVEIRA, 2014 e SANTOS, 2019), somadas às questões apresentadas pela dinâmica local de Catanduva-SP, possibilitaram a formulação e execução do projeto aqui apresentado. Considerando os impactos provocados pela pandemia da Covid-19 na vida dos jovens e nas suas atividades escolares em Catanduva e região, toda a ação está sendo desenvolvida de maneira remota, possibilitando não apenas o contato com a Extensão enquanto dimensão formativa da educação, mas o pagamento de seis bolsas e auxílio de conexão à internet aos estudantes selecionados. Entende-se que o projeto, outrossim, contribui para a manutenção do vínculo institucional por meio do protagonismo dos estudantes com a Extensão. Diante de uma localidade que apresenta reflexos da precarização do trabalho em sua população e consideráveis índices de violência urbana sobretudo contra as mulheres e a população negra, além de um cenário de desordenada ocupação urbana, com sérias consequências ao meio ambiente e de possuir um cenário restrito de acesso às artes, à cultura e à ciência em geral, entende-se que há motivos fundamentais que justificam a pertinência do projeto. O objetivo da ação é reconhecer os Direitos Humanos enquanto inalie-

náveis e inerentes à humanidade, em especial à juventude, promovendo a sua defesa intransigente junto à indivíduos e grupos localizados em Catanduva por meio de ações formativas sobre eixos temáticos específicos (trabalho, educação, racismo, violência, meio ambiente, gênero e acesso às artes, cultura e ciência) feitas por servidores do IFSP Câmpus Catanduva e pelos próprios extensionistas, que estão conduzindo lives com a comunidade para debater os temas e propor questionamentos. Em paralelo está sendo realizado o mapeamento dos grupos e indivíduos que têm seus direitos desrespeitados na localidade, sendo que ao final do ano, em dezembro, um balanço sobre a ação será produzido e compartilhado com a comunidade. Até o momento, pode-se afirmar que o projeto pôde engajar cerca de quinze estudantes do IFSP Câmpus Catanduva como extensionistas e o processo de formação nos eixos supramencionados têm suscitado reflexões e apontado caminhos acerca do perfil da comunidade local. A formação sobre os temas "Mundo do Trabalho", Acesso às Artes, Cultura e Ciência", Violência, "Racismo" e "Educação" foram realizadas e debateram questões sobre o perfil socioeconômico brasileiro, estadual e municipal, subsidiando as etapas que virão. Como resultado prévio, em setembro, por meio de uma parceria da Pró-Reitoria de Extensão

do IFSP com Festival Entretodos, os extensionistas da ação realizaram lives para debater curtas metragens sobre Direitos Humanos. O grupo avaliou que houve uma participação satisfatória de representantes da comunidade interna e externa ao Câmpus Catanduva e a articulação do tema dos Direitos Humanos com a linguagem cinematográfica se mostrou efetiva ao provocar a reflexão dos participantes.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Vanessa Veiga de. Desafios para o avanço dos direitos humanos no Brasil: uma análise das justificações no debate mediado em torno do caso do PNDH-3. In: Revista Compolítica, n. 4, v.2, agosto-dezembro, 2014. Rio de Janeiro: Compolítica, 2014.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), s/e.,1948.

SANTOS, Mônica Regina Nascimento dos. Estado, Educação e Direitos Humanos. Revista Katalysis. Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 577-586, setembro-dezembro, 2019.

LEGISLATIVAS GRUPO DE ESTUDO GÊNERO E POLITICA

Autores

Carolina Gabas Stuchi ; Clara Vinholi Araújo; Gabriela Paula Silva Alves

Palavras-chave: *Mulheres, política, legislativo, representação, ABC paulista.*

RELATO

A histórica sub-representação política das mulheres no Brasil impacta diretamente a forma como se constrói políticas públicas no país, bem como se revela a fragilização democrática diante das desigualdades de representação no país. A tardia entrada das mulheres brasileiras na vida pública e seus baixos índices de participação, permeada por obstáculos culturais e estruturais, têm como consequência as desigualdades de gênero entre parlamentares, sendo as mulheres representadas por apenas 10,5% dos assentos na Câmara dos Deputados. A discussão sobre o impacto do sistema eleitoral e da efetividade das cotas de gênero na eleição de mulheres também vem ocupando espaço na academia e na vida política nos últimos anos. Diante disso, a difusão do tema da igualdade de gênero no espaço da Universidade e na comunidade externa visa a democratização, o aprofundamento e a consolidação do debate de forma a contribuir para a articulação de estudos, bem como de lideranças femininas no poder. No âmbito municipal, o mesmo processo de exclusão das mulheres da esfera de poder se faz perceptível e, assim, surgiu a questão: os estudos de gênero e política promovidos na Universidade estão alinhados com o cenário de representação feminina dos sete municípios que formam a região da UFABC? Partindo desse contexto e como complemento

de pesquisas sobre o tema, discentes se organizaram para formar um grupo de estudos a fim de discutir e contribuir para o estudo sobre a representação feminina na política brasileira. Desenvolvido a partir da Iniciação Científica "Efeitos das mulheres no legislativo: presenças femininas do ABC Paulista e sua atuação nas políticas públicas locais.", realizada a partir do programa Pesquisando Desde o Primeiro Dia da UFABC, o grupo se associou a mais duas Iniciações Científicas e uma dissertação de mestrado. Relaciona-se esses estudos às pesquisas sobre democracia representativa e suas repercussões, por meio da bibliografia selecionada sobre mulheres na política e pela investigação aprofundada das legisladoras municipais da região da na qual se insere a Universidade Federal do ABC. Com o objetivo de mobilizar a comunidade interna e externa da Universidade, difundindo o debate e colaborando com o alcance de mulheres a cargos de poder na política, pretendeu-se promover diálogos e formação sobre a temática gênero e política. Contudo, o grupo agregou uma variedade de participantes durante os 16 encontros promovidos, assim, indo além da esfera acadêmica. O resultado foi o contato, entre eles, com seis discentes e duas docentes da UFABC, três discentes de outras Universidades, cinco pré-candidatas e duas UFABC aluminis, além da

participação de ouvintes que não se identificaram nas reuniões realizadas online em razão da pandemia. Além disso, o projeto mantém um site composto por um blog e um banco de dados. No blog, os posts são voltados à temática de política e gênero com entrevistas de mulheres, especialmente as que atuam ou atuaram no ABC Paulista, divulgação de eventos e simplificação de artigos estudados. O banco de dados, por sua vez, reúne as leis aprovadas por parlamentares mulheres, desde 2004, que têm como finalidade democratizar o acesso às

leis municipais da região. Entendendo a importância das redes sociais em acessar as pessoas, o Instagram do Legislativas, e sua extensão como página no Facebook, conta com cerca de 58 posts e 835 seguidores para divulgação de temáticas, reuniões e dados. Nesse mesmo sentido de alcance, o Legislativas participou se apresentando no curso de extensão Gênero e Resistências no Sul Global - Ano III, em entrevista no "Outra Estação" no PodCast da UFMG e também foi responsável publicar em duas mídias.

REFERÊNCIAS

Araújo, Clara; Diniz, Alves, José Eustáquio. IMPACTOS DE INDICADORES SOCIAIS E DO SISTEMA ELEITORAL SOBRE AS CHANCES DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES E SUAS INTERAÇÕES COM AS COTAS. *Revista de Ciências Sociais*, 2007.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47, jan. 2004. ISSN 1806-9584. 7943 IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *ESTATÍSTICAS DE GÊNERO*, Inter- Parliamentary Union-IPU, 2018.

OBSERVATÓRIO DE DESIGUALDADES DE FRANCA

Autores

Ana Clara Paris Kemp; Anielly Schiavinato Leite; Giovana Marcheti; Júlia Jacob Alonso e Luísa Leoni Terra

Palavras-chave: *extensão, desigualdades, território, políticas públicas*

RELATO

Um dos principais problemas do Brasil consiste na abissal desigualdade social, como já demonstrado por meio de pesquisas científicas (SOUZA, 2011; ARRETCHE, 2015). Essa problemática influencia, conseqüentemente, a produção dos espaços urbanos brasileiros. Ao passo em que a elite possui locais de residência e vivência com melhores infraestruturas, equipamentos e serviços públicos de qualidade, presença do Estado e efetividade na aplicação das leis (MARICATO, 1996), as populações de fora dessas áreas se estabeleceram em verdadeiras cidades ilegais, em que a relação com a terra é irregular, o Estado é ausente, os índices sociais são baixíssimos e não há validade nos marcos legais (MARICATO, 2000). Essa união entre desigualdades sociais e territoriais é o que chamamos desigualdades socioespaciais. A partir disso, o Observatório de Desigualdades de Franca (grupo de extensão e pesquisa da UNESP – Franca) propõe, como projetos principais do grupo, o desenvolvimento do Mapa da Desigualdade de Franca, e, também, o Mapa da Desigualdade da Região Administrativa de Franca (RAF). Por meio desses documentos, objetiva-se: a) a compreensão de forma aprofundada da distribuição territorial das desigualdades pelo município de Franca e pelos demais municípios que compõem a RAF; b) o desenvolvimento de um processo dialógi-

co e democrático com a população a respeito dos problemas enfrentados no espaço da cidade; c) elaborar propostas de políticas públicas bem direcionadas ao enfrentamento às desigualdades socioespaciais nos devidos territórios. Para isso, a atuação do grupo embasa-se em uma Ecologia de Saberes (ACUAN, 2019), em que há construção e integração de conhecimentos a partir da troca de saberes entre os universitários e demais atores da sociedade civil dos municípios da RAF. No projeto inicial, as pesquisas de opinião feitas em campo estavam previstas, entretanto, devido ao contexto pandêmico, foram suspensas temporariamente. Para o desenvolvimento dos Mapas da Desigualdade de Franca e da RAF, realiza-se, também, a coleta de dados oficiais e a confecção de indicadores (com base na metodologia utilizada nos mapas da desigualdade já produzidos, como o de São Paulo e do Rio de Janeiro). Como a atuação extensionista presencial foi comprometida pelo isolamento social, o contato com o público foi readaptado paliativamente com a interação através de redes sociais virtuais. Nestas, são divulgados semanalmente o mapeamento do avanço da pandemia da COVID-19 na RAF, e, também, conteúdos pertinentes à atuação da extensão. Com os reajustes anteriormente citados, a readaptação paliativa de comunicação através das

mídias sociais surtiu efeitos positivos - como o aumento da visibilidade dos conteúdos produzidos pela extensão e novas parcerias com outros grupos. Entretanto, o projeto inicial foi prejudicado por conta da pandemia, portanto, a atuação extensionista comunicativa ainda não obteve todos os resultados esperados.

REFERÊNCIAS

ACAUAN, Ana Paula. Ecologia de Saberes. Disponível em: <http://www.pucrs.br/revista/ecologia-de-saberes/>. Acesso em: 22 set. 2020.

ARRETCHE, Marta (Org.). Trajetórias das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

CASA FLUMINENSE. Mapa da Desigualdade: Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>. Acesso em: 22 set. 2020

CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. Administração On Line, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./fev./mar. 2000. Disponível em: http://www.fecap.br/adm_online/art11/anival.htm. Acesso em: 22 set. 2020.

MARICATO, Ermínia. As Ideias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Ideias. In: ARANTES, Otilia (et al). A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996. REDE NOSSA SÃO PAULO. Mapa da Desigualdade. São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Mapa_Desigualdade_2019_tabelas.pdf. Acesso em: 22 set. 2020

SOUZA, Jessé (Org.). Ralé Brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009., 2010.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PÓS-GRADUANDO LATO SENSU EM ATIVIDADES DE PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM UNIVERSIDADE PÚBLICA PAULISTA

Autores

Bianca Giovana de Almeida lauch; Cassiana Mendes Bertoncello Fontes, Angelo Antonio Paulino Martins Zanetti, Ariane Silva de Jesus, Maria Helena Borgato, Carmen Maria Casquel Monti Juliani, Ana Sílvia Sartori Barraviera Seabra Ferreira

Palavras-chave: Humanização, Enfermagem, Extensão, Acolhimento.

RELATO

A qualidade da atenção ao usuário do Sistema de Único de Saúde (SUS) tem sido uma das questões mais críticas devido ao número significativo de maus tratos. Segundo o público, a forma do atendimento e a capacidade dos profissionais de saúde para compreender suas demandas e expectativas, são fatores que são valorizados além da falta de profissionais, de espaço físico e de medicamentos¹.

Humanizar a assistência hospitalar é indispensável para a busca da qualidade de atendimento com resolubilidade e valorização dos indivíduos (usuários, trabalhadores e gestores).

O objetivo é relatar a experiência de uma discente de pós-graduação do mestrado acadêmico de enfermagem nas atividades do Projeto de Extensão Universitária "Humanização Hospitalar" aprovado desde 2014 pela Pró-Reitora de Extensão de uma universidade pública paulista. A partir da demanda identificada pela equipe do projeto com o público-alvo, foi desenvolvido um projeto de pesquisa quanti e qualitativo, acerca do tema Acolhimento com Classificação de Risco (ACR).

O público-alvo do projeto são os colaboradores de uma Santa Casa do interior paulista, e a metodologia empregada para a identificação dos nós críticos junto a esse público é o Pla-

nejamento Estratégico Situacional (PES) uma metodologia baseada nos problemas ou nós críticos e a partir disto planejar operações estruturadas a fim de seus enfrentamentos.

O projeto foi desenvolvido visando atender a demanda social por meio de atividades planejadas mensalmente com equipe que é composta por alunos de graduação de enfermagem; de pós-graduação; técnicos-administrativos; docentes e voluntários. A finalidade é manter vínculo com a Santa Casa por meio da humanização. Oficinas são realizadas presencialmente, porém, com a pandemia, estão sendo virtuais via *Google Meet*.

A equipe do público-alvo é multiprofissional e abrange todos os setores da Santa Casa: cozeira, segurança, enfermeiro, médico, nutricionista, recursos humanos, manutenção, serviço administrativo etc.

As oficinas são realizadas com os colaboradores da instituição, abordando temas baseados em relatos reais, que auxiliam na tomada de decisão e enriquecem a discussão em relação à humanização e aperfeiçoamento das relações interpessoais, identificando fragilidades e potencialidades do serviço a serem trabalhadas.

Foram produzidos materiais como: um ma-

nual, dois *e-books* com atribuição de ISBN e vídeos educativos, em parceria com a equipe do Núcleo de Educação a Distância e Tecnologias da Informação da faculdade. Os vídeos educativos são transmitidos em sala de espera para os usuários do pronto-socorro e utilizados como instrumentos para educação permanente da equipe da Santa Casa, abordando orientações acerca: Visita Hospitalar; ACR; Abordagem ao usuário em sofrimento psíquico e em crise.

As vivências aprendidas se somam às demais atividades do currículo da pós-graduação, com experiências no manejo de situações reais, além de estimular o raciocínio clínico e o trabalho em equipe.

Recomenda-se que as atividades desenvolvidas ampliem-se e tenham suas metodologias avaliadas a fim de verificar seus alcances e impactos com a equipe multiprofissional bem como com a população.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, R. B; RATES, H. F; CASTRO E SILVA, L. T.; MELLO, R. A.; DAYRREL, K. M. B. Acolhimento com Classificação de Risco: Proposta de Humanização nos Serviços de Urgência. R. Enferm. Cent. O. Min. 2012 set/dez; 2(3):428-437. DOI: 10.19175/recom.v0i0.288.

FORERO, R. et al. Perceptions and experiences of emergency department staff during the implementation of the four-hour rule/national emergency access target policy in Australia: a qualitative social dynamic perspective. BMC Health Services Research (2019) 19:82. DOI: 10.1186/s12913-019-3877-8.

MATUS, C. O método PES: roteiro de análise teórica. São Paulo: Fundap, 1997.